



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003190-12.2017.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento**  
Requerente: **Maq -Soffner Copiadoras e Serviços Ltda.**  
Requerido: **Roseli do Prado Trevisan 177957348406**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**Maq -Soffner Copiadoras e Serviços Ltda.** ajuizou ação de cobrança em face de **Roseli do Prado Trevisan 177957348406** aduzindo, em síntese, que é credora da ré no valor de R\$ 1.282,20 (mil duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), referente à locação de equipamentos de impressão.

Sustenta que na celebração do contrato ficou acordado o pagamento de R\$ 80,00 por mês e R\$ 0,05 por página. Aduz que a ré deixou de efetuar o pagamento relativo ao contrato de locação.

Juntou documentos (fls.11/24).

A ré foi citada por carta com aviso de recebimento a folhas 33, não oferecendo resposta (folhas 34), tornando-se revel.

Em manifestação a fls.38 a autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia à ré.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citada, a ré deixou de contestar o pedido dando-se a revelia. Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
4ª VARA CÍVEL  
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

O contrato de locação colacionado às fls.12/26 está devidamente assinado pelas partes e confirma as alegações deduzidas na inicial. O inadimplemento é aspecto incontroverso na causa.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa por parte da autora, de que não recebeu as parcelas vencidas atreladas ao contrato de locação colacionado às fls. 12/16.

Desta forma, procedem integralmente os reclamos do autor.

Diante do exposto, julgo **procedente** o pedido de cobrança e condeno a ré ao pagamento da quantia de R\$ 1.282,20 (mil duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), valor a ser devidamente atualizado desde o vencimento da dívida, além de juros de mora a partir da citação.

Sendo sucumbente, arcará a ré com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes últimos arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se e intimem-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 05 de outubro de 2017.